

Taxar patrimônio gera dúvida

Somente os bancos, que tiveram ganhos altos no ano passado, poderiam suportar um imposto de 4 por cento sobre o patrimônio líquido. A avaliação é de uma fonte do Ministério da Fazenda lembrando que a medida, se proposta pelo novo Governo e aprovada pelo Congresso Nacional, poderia inviabilizar as empresas produtivas que não teriam como pagar o imposto "a não ser que elas tivessem uma disponibilidade de caixa fantástica". Outro técnico entende que a tributação "seria um verdadeiro confisco".

Quando se fala em taxar patrimônio, explica a fonte, a proposta é de uma alíquota máxima de 0,5 por cento porque qualquer percentual que se estabeleça implica numa redução deste patrimônio. Ele lembra que quando o Governo do presidente José Sarney cogitou a criação do imposto sobre o patrimônio das pessoas físicas, medida que não passou no Congresso, as alíquotas propostas ficavam entre 0,1 e 0,2 por cento e só poderiam incidir a partir de um certo limite.

Uma saída para a nova equipe, na opinião dos técnicos, seria a de tentar a criação de um empréstimo compulsório sobre o patrimônio, apesar das limitações

da constituição. Neste caso eles acreditam que, se a alíquota não fosse superestimada, como a de 4 por cento, as empresas poderiam até aceitar as medidas sem reações que prejudiquem ainda mais a economia. Uma delas poderia ser a transferência do peso do compulsório para os preços.

Outra proposta de tributação cogitada para integrar o pacote econômico e que está preocupando os tributaristas é a criação da alíquota de 10 por cento para a tabela do Imposto de Renda na fonte da pessoa física que hoje tem somente a alíquota de 35 por cento e a máxima de 25 por cento. A explicação dos especialistas é a de que, no atual sistema de bases correntes, em que o imposto é recolhido no momento em que ele é devido e não mais na declaração, a nova alíquota equivaleria a uma taxa de 70 por cento no antigo sistema quando a alíquota mais alta era de 45 por cento.

Em termos reais, ou seja, depois de retiradas todas as deduções, a alíquota máxima cobrada no Brasil até hoje foi de 24 por cento. Com um percentual de 35 por cento, lembra a fonte do Ministério da Fazenda, o brasileiro estaria entre os povos mais tributados do mundo.